

CIBEREXISTÊNCIA

Bem-vindo ao mundo dos híbridos

Ms. Lucas Paolo Sanches Vilalta

Docente en Faculdade Paulista de Pesquisa e Ensino Superior (FAPPES).

Coordinador de proyectos en Instituto Vladimir Herzog.

paolovl@hotmail.com

Recibido: 17 de abril de 2018

Aceptado: 18 de junio de 2018

Resumen

El artículo presenta el análisis de cómo la ciberexistencia se configuró como el modo de vida dominante en las sociedades actuales. Pasando por algunos de los principales problemas filosóficos y tecnológicos involucrados en ese modo de vida, mostramos como en el pasaje del analógico al digital, por medio de la información codificada y del procesamiento de normatividades algorítmicas, se encuentra la clave para comprender los principales ejes de ese fenómeno. Así, apoyados sobre el análisis de las condiciones del surgimiento de la ciberexistencia, apuntamos algunas de las principales implicaciones de la vida permanentemente conectada y controlada. Finalmente, proponemos una interpretación de cuáles son algunas de las ficciones virtuales que sostienen la ciberexistencia digital y la gubernamentalidad algorítmica, para así poder indicar algunas ficciones alternativas de otros modos de ciberexistencia y de lo digital pluripotente.

Palabras clave: ciberexistencia, algoritmos, información, virtual, normatividad.

Abstract

The article presents an analysis of how cyberexistence was configured as the dominant way of life in our societies. Going through some of the main philosophical and technological problems involved in the cyberexistence, we show how in the switching of the analogical to digital, through codified information and algorithmic normativity processing, we found the key to understanding the main points of that phenomenon. Thus, supported on the analysis of the conditions of the emergence of cyberexistence, we point out some of the main implications of life permanently connected and controlled. Finally, we propose an interpretation of which are some the virtual or the fictions that sustain the digital cyberexistence and the algorithmic governmentality, and then we can indicate some alternative fictions of other modes of cyberexistence and pluripowerful digital.

Keywords: cyberexistence, algorithms, information, virtual, normativity.

Nós, os cíbridos

Há muito tempo dois problemas perseguem a humanidade ocidental: a diferença entre a realidade atual e a realidade virtual, poderíamos dizer, entre a vigília e o sonho; e a diferença entre o corpo e o espírito (mente ou alma). Versões desses problemas, como os filmes *Matrix* ou *Inception*, ou a novela *A invenção de Morel* de Bioy Casares, têm apaixonado os mais diversos públicos com doses homeopáticas de dissolução/desdiferenciação dessas fronteiras. Ficções utópicas, distópicas, heterotópicas ou científicas, muitas vezes, se encontraram em um sonho comum: que o ser humano não se reduza à sua dimensão individual, à sua finitude orgânica. “A promessa mais fabulosa da tecnociência contemporânea assim se anuncia: graças à hibridação com seus produtos e serviços, o corpo humano poderia se livrar nada menos que de sua finitude” (Sibilia, 2015: 56). Essa promessa começa a se tornar um fato no que Paula Sibilia denomina “homem pós-orgânico”, nas existências que começam a se realizar para além do tempo e do espaço ditos “humanos”.

Entretanto, para além do fáustico tema do “fim da morte” (Sibilia, 2015: 52), a individualidade ocidental se acostumou, ao longo dos séculos, a ser uma paradoxal e ambivalente unidade múltipla: ao mesmo tempo, presença e ausência; organismo e espírito; interioridade e exterioridade; consciente e inconsciente; sujeito e objeto; etc. O indivíduo, então, mais que uma unidade substancial –de consciência ou alma– e mais que uma unidade orgânica, tem sido uma dualidade de opostos, uma tensão que surge da relação entre o conjunto destes pares opositivos. Daí o sucesso de teorias em que a negatividade é constituinte do indivíduo ou do sujeito.

Agora, o narcisismo humano não se reduz à incorporação do Gênio Maligno no Cogito cartesiano, do Simulacro na Ideia platônica, do Outro no Grande Eu ocidental, mas na redução das relações ao que Michel Serres denominou “jogo a dois”. “O jogo a dois que apaixona as multidões, opondo apenas seres humanos, o Senhor e o Escravo, a esquerda contra a direita, os republicanos contra os democratas [...] desaparece em parte a partir do momento em que interfere esse terceiro” (Serres, 2017: 49). Este terceiro tem recebido vários nomes: Ciborgue, que “é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também um criatura de ficção” (Haraway, 2016: 36); a Biogeia, que Michel Serres define como um terceiro ator que vem deslocar –poderíamos dizer hibridizar– as relações entre sujeito-objeto, interior-exterior, indivíduo-mundo colocando o ser humano em uma nova etapa de seu desenvolvimento, a *hominescência*; a Noosfera, que Pierre Lévy tece como uma rede de mundos na conexão planetária; o Telecosmo de George Gilder que alarga a comunicação humana por todo o planeta com os aparelhos tecnológicos como extensão do corpo humano; o Transindividual de Simondon que correlaciona indivíduo e coletivo nas imbricações dos processos. E também a Internet.

O que todas essas figuras do terceiro elemento têm em comum? Basicamente, todas elas vêm mostrar que os pólos opositivos são casos extremos de tensões relacionais mais complexas. Assim, tomando os dois problemas dos quais partimos, podemos dizer que uma realidade totalmente virtual ou totalmente atual é apenas um caso extremo da tensão permanente entre virtual-atual que constitui o que compreendemos por realidade. Assim também, corpo e espírito são apenas momentos de um sistema relacional que

denominamos ser. Para existirmos não precisamos mais escolher um dos dois pólos, ou produzir uma síntese dos dois, mas apenas sermos capazes de permanecer na tensão permanente entre os pólos, na metaestabilidade das correlações – nem estável, nem instável, mas uma tensão permanente no conjunto das relações e processos. Com a Internet, a tensão entre os pólos *on-line* e *off-line* chega a um estado de metaestabilidade em um modo distinto de existência:

Não somos mais apenas ON ou OFF line –somos ambos ao mesmo tempo, simbioticamente, formando um ser maior que o nosso corpo/cérebro biológico, nos expandindo para todo o tipo de dispositivo conectado e abrangendo outras mentes e corpos. Não precisamos mais sair de onde estamos para acessar uma máquina para nos conectar *on-line*. Hoje, e cada vez mais, o *on-line* está com as pessoas onde quer que estejam (por meio dos dispositivos móveis que estão se incorporando cada vez mais ao nosso corpo) e, em breve, estará conectado diretamente ao cérebro humano (Gabriel, 2018: 240).



Figura 1. QR Code que dá acesso ao vídeo da palestra “O mundo *on-offline*” de Martha Gabriel. Também disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p-EJ3kDwE4g>.

Segundo Martha Gabriel, na palestra “O mundo *on-offline*”, estamos caminhando para uma vida, então, em um estado de conexão permanente, nem totalmente *on-line* ou *off-line*, mas um híbrido das duas posições. Não se trata mais – como veremos adiante – de *estar on-line* ou *estar off-line*, mas de *ser on-offline*. A partir desse modo de ser a autora diagnostica a crescente proliferação do *cibridismo*: “Somos cíbridos, e vai se tornar cada vez mais difícil sermos apenas ON ou apenas OFF line – nossa essência quer circular livremente, sem rótulos ou limitações físicas, para obter uma experiência melhor, uma vida melhor, seja ela ON ou OFF line” (Gabriel, 2018: 240). Agora, o que significa ser um cíbrido?

A autora na palestra supramencionada define o cíbrido como uma mistura de “ciber + híbrido”, sendo que o híbrido seria o corpo composto das partes orgânicas e maquinicas ou inorgânicas, ou seja, um conjunto composto de partes materiais e imateriais somado ao conjunto de todas as interfaces tecnológicas da rede digital. Mas, ainda, o que seria este conjunto, esse “ciber”?

Acompanhemos um comentário de Pablo Rodríguez: “A cibernética triunfou quando se esfumou como projeto unificado e se disseminou nas ciências, nas tecnologias, e nos discursos que usam prefixos como ciberespaço e cibercultura” (Rodríguez, 2015: 14). Quando falamos em rede digital, em *web*, em ciberespaço e cibercultura, tomamos o termo “ciber” como evidente em si, como um termo genérico que congrega todos esses sentidos. O próprio Pierre Lévy em seu livro *Cibercultura* ao definir “ciberespaço” e “cibercultura” se vale das seguintes caracterizações “interconexão mundial de

computadores”, “universo oceânico de informações” e “conjunto de técnicas [...] que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (Lévy, 1999: 17). Agora, a palavra “cibernética” e seu diminutivo “ciber” e seu rastro “ci” na palavra “cibridismo” quase desapareceram de nossas preocupações. Vejamos como não é sem interesse recuperar o sentido da palavra “cibernética”.

Segundo seu criador, Norbert Wiener, a cibernética é a “ciência que estuda o controle e a comunicação em animais, homens e máquinas” (Rodríguez, 2012: 39). Esta ciência da comunicação e do controle surge na década de 40, nos Estados Unidos, a partir de uma confluência das pesquisas e projetos de uma série de cientistas que trabalhavam para as empresas de telefonia e para as forças armadas –por exemplo, matemáticos como Norbert Wiener, Von Neumann, Turing e Shannon; físicos como V. Bush e Bigelow; e fisiologistas como W.B. Cannon e Mac Culloch; e mesmo sociólogos como Warren Weaver (Ruyer, 1972: 1). A palavra que lhe dá nome pode derivar da palavra grega *kubernetes* que pode significar “piloto” ou mesmo “governo” (Wiener, s.d.: 15) ou da palavra *kubernesis* que significa “ação de pilotar uma nave” ou, em sentido figurado, “ação de dirigir, governar” (Tiqun, 2015: 31). Assim é bom lembrarmos que a cibernética nasceu com o propósito de “desenvolver uma linguagem e técnicas que nos capacitem, de fato, a haver-nos com o problema do controle e da comunicação em geral, e a descobrir o repertório de técnicas e ideias para classificar-lhe as manifestações específicas sob a rubrica de certos conceitos” (Wiener, s.d.: 16).

Ao recuperarmos o sentido do termo “ciber”, na palavra “cíbrido”, podemos ver que se trata de um híbrido conectado a uma rede de controle e comunicação geral. Nós, os cíbridos, somos um composto orgânico-tecnológico que pode ser controlado, pilotado, dirigido ou governado. Mas, retrocedamos um pouco e vejamos o que nos permitiu transformar-nos em cíbridos.

Os três elementos fundamentais, segundo Martha Gabriel, que nos transformaram em cíbridos são: a mobilidade, a conectividade e a integração. Com o surgimento da banda larga na virada do século e, posteriormente, a banda larga móvel, os seres humanos e as coisas passam a estar conectadas permanentemente. A mobilidade da conexão nos permite estarmos conectados onde quer que estejamos, ou seja, não precisamos mais acessar um computador para nos conectarmos a Internet; e também sermos cada vez mais ubíquos, ou seja, estarmos presentes em todas as partes ao mesmo tempo. Não apenas pela hiperconexão, o *multitasking*, os perfis nas redes sociais ou a altíssima reprodutibilidade das mídias –o clipe “Vai Malandra” da cantora brasileira Anitta alcançou quase 500 mil visualizações nos primeiros 30 minutos após seu lançamento–, mas a sensação de ubiquidade surge mais da impressão de cada vez mais o tempo e o espaço não serem barreiras para nossas conexões.

A conectividade generalizada se expressa bem em dois fenômenos: a quantidade de sensores conectados e os novos tipos de conexão. Segundo dados levantados em 2017 pelo *We Are Social* já havia 4 bilhões de pessoas com smartphones no mundo.¹ Isto significa que possivelmente 4 bilhões de sensores estão emitindo, recebendo, armazenando e tratando informações quase todo o tempo. Não apenas a quantidade de sensores conectados, mais a permanência cada vez maior na conexão e o consumo cada vez maior de dados. Segundo estudo da ZenithOptimedia, já em 2015, o consumo

¹ Para mais informações, ver: <https://www.tecmundo.com.br/celular/117849-5-bilhoes-pessoas-usam-celular-mundo-pesquisa.htm> (acessado em 10/04/2018).

médio diário de mídias (Internet, televisão, rádio, jornais, revistas, cinema e outdoor) dos latinoamericanos era de 765 minutos por dia, ou seja, aproximadamente 13 horas do dia conectados em fontes de dados (Gabriel, 2018: 95) – importante salientar que mais da metade destes minutos, segundo o estudo, é consumido na conexão com fontes digitais. O outro aspecto está mais bem configurado no que tem sido chamado de “Internet das coisas” (IoT – em inglês) ou “Internet de Tudo” (IoE – em inglês). “Da mesma forma que os seres humanos possuem sentidos que captam toda a informação ao nosso redor para serem processadas pelo nosso sistema biológico, a IoT se utiliza de todo tipo de sensor para capturar dados e informações para serem processados por sistemas computacionais” (Gabriel, 2018: 27). Isto significa que o “corpo” da Internet – o campo de conexão dos híbridos – tem se ampliado com a inserção de novos sensores (celulares, carros, TVs, câmeras e outros) na IoT. E os novos estudos de genética, neurociência, inteligência artificial e outros estão trabalhando com a perspectiva que em breve “pessoas, animais, objetos, lugares ou virtualmente ‘qualquer coisa’ poderá ser parte da Internet” (Gabriel, 2018: 27). Este texto está conectado à Internet e você provavelmente passou por algumas outras conexões enquanto o está lendo.

Por fim, a integração homem-máquina ou biológico-digital. Dos três elementos, este ainda é o mais especulativo dentre eles. Por mais que de certo ponto vista esta integração já aconteça – pensemos em quantos de nós têm como último ou primeiro gesto, antes de dormir ou ao acordar, o toque em uma tela de celular – a conexão plena entre cérebro (e corpo)-Internet é apenas uma possibilidade teórica. O fato da genética já trabalhar na modificação de informações genéticas e na manipulação dos genes; da nanotecnologia já prometer a integração de interfaces em nossas células; e de neurocientistas, como Miguel Nicolelis, preverem o momento em que existirá a “brainer”, uma rede cerebral; ficções científicas como as propagadas pela série *Altered Carbon* em que a memória e o espírito, por assim dizer, de uma pessoa são armazenados em um “cartucho” que pode ser transmitido para outros corpos e máquinas, estão longe de serem mesmo possibilidades teóricas consideráveis.

O próprio Nicolelis, apesar de afirmar que “o fato de empresas como Intel, Google e Microsoft já terem criado suas divisões de interface cérebro-máquina indica claramente que essa ideia não é tão exótica quanto pode parecer à primeira vista” (Nicolelis, 2011: 487), também nega contundentemente a possibilidade de fazermos download de nossas personalidades ou realizar *output*, a extração de informações do cérebro –como pode ser visto no vídeo abaixo:



Figura 2. QR Code que dá acesso ao vídeo da entrevista “O surgimento de uma nova espécie de humanos” do canal Hack Life com Miguel Nicolelis. Também disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6M1bpWbMZg8>.

Também Siddhartha Mukherjee nos mostra em *O Gene* como o avanço das terapias gênicas –para além das implicações ética envolvidas– não tornou ainda uma possibilidade seguramente estabelecida a modificação de células reprodutivas. Por mais que consideremos que “a engenharia genômica baseada no CRISPR-Cas9 permite que *adicionemos* informações ao genoma: um gene pode ser mudado de modo intencional e um novo código genético pode ser escrito no genoma humano” (Mukherjee, 2016: 556), o resultado da produção de seres pós-genômicos na determinação da espécie é ainda um mistério.

Entretanto, excetuando-se a questão de estabelecermos o grau de integração dos seres humanos e dos outros seres na rede digital da Internet, o que podemos claramente afirmar é que como híbridos que somos –cada vez mais– estamos nos conformando ao que Martha Gabriel chama de *existência oneline*.² Não haveria mais, portanto, uma oposição entre o modo de existência online e o offline, mas uma *ciberexistência oneline*. O que isso significa? Que a vida passa a ser uma sequência ininterrupta de dados e informações conectadas e controladas por algoritmos: sonho e vigília, realidade atual e virtual, corpo e espírito passam a integrar a rede indivisível do digital.

Do analógico ao digital: o estabelecimento da normatividade algorítmica

O que tornou possível a *ciberexistência*? Para respondermos, mesmo que de forma sucinta a esta pergunta, precisamos refazer a passagem do “estar online” para o “ser online”. Precisamos mostrar, brevemente, como a passagem do analógico ao digital permitiu que estipulássemos a conexão permanente entre todos os seres e coisas. Com isto veremos que as coletividades entre seres são substituídas parcialmente pela conectividade entre sistemas de informação.

Uma das melhores maneiras de compreendermos essa passagem é mostrarmos como o mundo enquanto um *corpo analógico* de relação entre seres (físicos, viventes, psicossociais e técnicos) se transformou em um *corpo digital* de conexão entre códigos, algoritmos e dados.

O corpo analógico do mundo, em linhas muito gerais, pode ser descrito como um conjunto de sistemas ou formas que se relacionam a partir da transposição de um meio material para outro meio material. Assim, por exemplo, um sistema sonoro (a voz de uma pessoa) pode ser transposto em um sistema de linguagem (caracterizando significações) que será compreendido como uma fala; esta pode ser gravada em um disco de vinil que com os devidos equipamentos poderá reproduzir a relação entre sistema sonoro e sistema de linguagem, ou seja, a fala de alguém. De modo bastante genérico, podemos dizer que durante muitos séculos a tradição científica, epistemológica, ética, política, metafísica, etc., do pensamento ocidental considerou hegemonicamente o mundo como um conjunto de sistemas ou formas que poderiam ser *representados* em outros sistemas ou formas com as devidas adequações. Assim, não apenas na conversão de tipos de energia em outros tipos, como energia elétrica em térmica, mas também na adaptação de processos físico-químicos (e também técnicos e

² Utilizamos aqui da expressão de Martha Gabriel na palestra “O mundo on-offline: Martha Gabriel at TEDxCanoas”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=p-EJ3kDwE4g> (acessado em 01/04/2018).

psicossociais) entre seres, como, por exemplo, a transformação do hidrossilicatos de alumínio da argila em matéria plástica para o moldeamento de um tijolo.

Nesse sentido, o hilemorfismo –em suas diversas formas ao longo da história– representou um dos principais modelos de representação entre sistemas. Mesmo que – como muito bem demonstrou Gilbert Simondon em seu livro *A individuação à luz das noções de forma e informação* (2015)– o hilemorfismo tenha subsumido as analogias entre sistemas a um modelo universalista de representação baseado no indivíduo, ainda assim ele tinha como um postulado geral a compreensão de que a conformação de um sistema material em outro sistema material (argila em tijolo) exigia um processo de mediação entre sistemas distintos. O que isto significa? Dito de maneira metafórica: que não haveria jamais um equipamento como um “vinil universal” que conseguiria reproduzir todos os tipos de sistemas materiais, uma “linguagem universal” que conseguiria traduzir todas as significações, um “tijolo universal” que conseguiria moldar todos os objetos; ou seja, não haveria um sistema material universal que consiga representar todos os processos em uma normatividade algorítmica total que consiga programar todas as relações. Este –mesmo quando tentavam superá-lo– era o limite intrínseco do mundo como corpo analógico.

O corpo digital do mundo se sustenta no postulado, na ficção extremamente real –como veremos adiante– de que este limite não existe mais. A história dessa transformação radical pode ser contada de muitas maneiras,³ escolhemos uma aqui que nos permite tecer didaticamente um minúsculo nó que ata as sociedades disciplinares às sociedades de controle –tal como nos pedia Deleuze em seu famoso texto *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. Em 1804, Joseph-Marie Jacquard inventa um dispositivo que será o precursor dos computadores do século XX: o tear mecânico. Ele funciona basicamente do seguinte modo: uma mesma máquina de tear (hardware) pode ser programada a partir de cartões perfurados (software) para produzir qualquer tipo de imagem, de design de tecido. Assim, ao mesmo tempo, em que o tear mecânico revolucionava a produção têxtil, da manufatura artesanal à produção maquinica industrial, ele também apontava para as máquinas de informação – continha o caminho para a digitalização.

Tudo poderá ser reproduzido e representado a partir de uma linguagem única, a digital - exatamente como afirmava Wiener e a cibernética. Os cartões da máquina de Jacquard são como os algoritmos que instruem a máquina e esta opera como se todas as configurações de imagens pudessem ser reproduzidas a partir dos códigos dos cartões perfurados –como se no software estivesse contida a essência de cada coisa. Nasce o postulado fundamental do mundo como corpo digital: toda informação pode ser abstraída em linguagem binária; preenchido e vazio no caso do cartão, mas também 0 e 1, não e sim, etc. Tudo que existe no mundo se relaciona por meio de processos de emissão, recepção, armazenamento e tratamento de informações e esses processos podem ser traduzidos em códigos, signos, dígitos –e programados em suas relações a partir de algoritmos. O corpo do mundo não necessita mais da compatibilização entre linguagens e modelos distintos de representação da informação, pois teria surgido uma

³ Curiosamente existem poucos livros sobre a história da informação e que ofereçam elementos para a compreensão da passagem do analógico ao digital, para os elementos básicos dessa compreensão indicamos *Historia de la información* de Pablo Rodríguez (2012) e *A informação* de James Gleick (2013).

linguagem universal que apenas precisaria ser traduzida adequadamente em códigos⁴ - podendo inclusive, finalmente, desprender-se da mediação e representação humanas. “Portanto, a codificação binária e a programação a partir dessa codificação permitiram que se concebesse uma organização lógica da máquina que fosse independente da organização física, que, assim, deixaria de depender das mãos humanas” (Rodríguez, 2012: 29).

Nesse sentido, o que Simondon criticou com relação ao hilemorfismo, à dialética e à cibernética, a saber, a uniformização e redução dos modos plurais de organização dos processos ontogenéticos (físicos, vivos, psicossociais e técnicos) a “um funcionamento lógico ou a uma conformação ontológica única e unicizante” (Vilalta, 2017: 76) culminou na planificação de todos os modos de existência em um modo de organização universal: *a normatividade algorítmica* – “a cibernética reduziu a troca de informação a um único processo determinista que deixa substancialmente intocada a identidade dos sistemas envolvidos, reduzindo-os a subconjuntos do macro-sistema ao qual se supõe que sejam inteiramente dependentes (Bardin, 2015: 27). Escolhemos falar da passagem do *corpo* analógico ao *corpo* digital, justamente porque o que ocorreu foi uma transformação na compreensão dos modos de organização dos corpos (físicos, vivos, psicossociais ou técnicos). A máxima de Espinosa de que ninguém sabe o que pode um corpo (2011: 101 – Ética III, prop. 2) foi substituída pela máxima de certa compreensão hegemônica da genética, da neurociência e das engenharias da computação de que um corpo pode *tudo aquilo para o qual ele é programado*, seja por seus genes, redes neuronais ou interfaces algorítmicas.

Assim, a limitação fundamental do mundo como corpo analógico teria sido transposta a partir do momento em que as distintas normatividades podiam ser traduzidas em linguagem digital, por meio da informação codificada, e programadas por meio de algoritmos. Do mais elementar funcionamento de um fenômeno físico ao funcionamento do cérebro humano, tudo pode ser controlado desde que encontremos o algoritmo adequado. É isto o que tem sido defendido e propagado por alguém como o diretor de engenharia do Google, Ray Kurzweil:

A questão é saber se podemos ou não descobrir um algoritmo que transforme um computador numa entidade equivalente a um cérebro humano. Afinal, um computador pode executar qualquer algoritmo que possamos definir, por causa de sua universalidade inata (sujeita apenas à sua capacidade). O cérebro humano, por outro lado, executa um conjunto específico de algoritmos. Seus métodos são inteligentes, pois ele dá espaço para uma plasticidade significativa e para a reestruturação de suas próprias conexões com base em sua experiência, mas essas funções podem ser emuladas por software (2014: 222).

⁴ Obviamente, o postulado da informação abstrata, digital, é construído de maneira muito mais complexa do que a que expomos aqui. Fez-se necessário a consolidação da estatística e o surgimento da computação e da Teoria Matemática da Informação (TMI) de Shannon, para que os parâmetros de regularidade e de probabilidade para que uma informação fosse significativa. Além disso, fez-se necessário também uma série de discursos que construíram a ficção de que as informações contidas nos seres vivos é que processavam suas ações – como ocorreu no caso do mapeamento do genoma humano. Eis o grande giro cibernético: a linguagem, a informação e a comunicação não são mais efeitos dos processos de individuação dos seres, mas são sua causa – os seres são meios para as informações se expressarem. Em seu livro sobre a história da informação, Rodríguez também apresenta estes aspectos da construção da informação abstrata.

O que Kurzweil está propondo é que um computador pode se tornar um cérebro, desde que tenhamos os algoritmos adequados e que o cérebro, em breve, poderá ser emulado por um computador, pois suas limitações analógicas – sua normatividade singular – serão transpostas em linguagem digital – por meio da normatividade algorítmica geral. “A maioria dos computadores de hoje é inteiramente digital, enquanto o cérebro humano combina métodos digitais e analógicos. Mas os métodos analógicos são fácil e rotineiramente recriados pelos digitais, com qualquer nível de precisão desejado” (Kurzweil, 2014: 237).

Entretanto, por mais que as empresas que governam algoritmicamente o mundo estejam investindo bilhões em projetos e pesquisas como as de Kurzweil, a possibilidade de traduzir todos os tipos de normatividades, de processos que existem, em algoritmos já foi consistentemente questionada – como, por exemplo, fizeram Nicolelis e Cicurel para as teses e teorias de Kurzweil no livro *O cérebro relativístico* (2015). É justamente nesse ponto que encontramos duas tendências de interpretações da nossa atual cibereexistência. De um lado, estão aquelas interpretações que, de distintas maneiras, *aderem* à digitalização do mundo por meio da informação codificada e dos processamentos algorítmicos, como se tivéssemos passado por uma “revolução” irresistível que nos obrigasse a recobrar a consciência dos sujeitos sobre os usos e fluxos da informação – para esta versão, seríamos convocados a politizar e moralizar os algoritmos moderando nossas cibereexistências. Do outro, encontramos uma versão que acredita que a normatividade algorítmica e a passagem do analógico ao digital *expressam* uma transformação nos modos de vida que nos coloca em uma disputa ético-política pelos sentidos da informação e do digital. Trata-se no fundo de duas concepções do “ser online”, uma mais essencialista e outra mais relacional.

Retomando o que vimos com Gabriel, nossa condição de híbridos e nossa cibereexistência não estão sustentadas pela *equivalência* entre as distintas formas de normatividade e a normatividade algorítmica, mas estão baseadas na correlação existente entre a mobilidade, a conectividade e a integração de nossas normatividades enquanto sujeitos e seres no mundo e a normatividade algorítmica que dá sentido aos nossos modos de vida. O ponto fundamental é, portanto, essa dinâmica de “ser *online*”; quanto mais conectado e interfaceado eu estou, mais eu encontro nos algoritmos o sentido de minha existência; quanto mais as informações que eu consumo e produzo são processadas por algoritmos, mais eu encontro meu perfil de receptor e emissor nas comunicações digitais. O problema central não é o fato de as plantas, pedras, genes, emoções e ideias poderem ou não ser expressos em algoritmos, mas é *se o que os algoritmos expressam desses seres e processos satisfaz os sentidos que busco em minha cibereexistência*. E, mais ainda, se a *padronização* dos próprios sentidos em metadados no *Big Data* pode ser suficiente para as relações entre nossas cibereexistências. Os algoritmos são tão mais eficientes para controlar e governar nossas cibereexistências quanto mais nossos processos de subjetivação e nossos modos de vida se encontram informados nos sentidos e relações que os algoritmos podem programar e codificar. O que está em risco na passagem do analógico ao digital é justamente o *excesso* que a dimensão analógica da informação pode produzir no mundo enquanto corpo digital.

Dos indígitos ao digital pluripotente - consequências da cibereexistência

Vejamos algumas das consequências dessa passagem do analógico ao digital que constituem as condições da ciberexistência atual. Primeiramente, se todos os seres pertencem a uma imanência comum, ao mesmo sistema de codificação universal e relacionalidade algorítmica, já não há separações entre seres, entre tipos distintos de normatividades. “O *conectivo* substitui o coletivo” (Serres, 2017: 25). Coletividades são compostas de diferenças incompatíveis, de zonas de separação irreduzíveis –por exemplo, as clássicas separações entre espécies que hoje são transpostas pela modificação genética interespecies. Conectividades não prevêm separações, mas desligamentos: mesmo aquilo que atualmente não está em comunicação pode ser ligado e colocado em conexão –desde que adequadamente uniformizado e programado por algoritmos, como vimos na proposta de Kurzweil. Em resumo, não há diferenças irreduzíveis, nem separações intransponíveis, todos os seres estão *unidos e unificados em uma grande rede de conexões múltiplas*, a conexão planetária como a denomina Lévy, ou Internet de Tudo (IoE), como vimos anteriormente.

A segunda consequência, diz respeito ao velho problema da falsa dicotomia entre presença/ausência; realidade atual/virtual; vigília/sonho. Ainda hoje é comum na sensibilidade mais geral a compreensão de que as tecnologias da realidade virtual e do que tem sido chamado de realidade aumentada ou ampliada sejam tomadas como uma separação, um momento de escape da realidade atual, da vida cotidiana. Tal equívoco está baseado na centralidade do indivíduo para a cognição e consciência do “eu”. Muitas das principais linhas de força do pensamento filosófico do século XX trabalharam para reposicionar essa compreensão: o inconsciente não se opõe a consciência, mas a sustenta; as potências e forças não atualizadas participam da espessura do real; a memória e o acontecimento são compostos não apenas do que se atualizou ou do que era possível, mas também de relações problemáticas que não apareceram ou se determinaram. “O virtual tem a realidade de uma tarefa a ser cumprida, assim como a realidade de um problema a ser resolvido” (Deleuze, 2009: 299).

Tomemos um exemplo do virtual no campo do trabalho para esclarecer essa segunda consequência. Como nos mostra Pierre Lévy, em seu livro *O que é o virtual?* (2005), o trabalhador classicamente era remunerado pelo potencial do trabalho, ou seja, por sua força de trabalho. Conjuntamente, os contratos de trabalho passam a remunerar de acordo com a realidade atual do trabalhador –diplomas, conhecimentos, enfim, um saber atual que será desempenhado. “O salário remunerava o potencial, os novos contratos de trabalho recompensam o atual. Na economia do futuro, as sociedades bem-sucedidas reconhecerão e alimentarão em prioridade o virtual e seus portadores vivos” (Lévy, 2005: 61). O que isso significa? Que o trabalho na ciberexistência será medido por um saber-devir, como diz Lévy, ou pela capacidade de *inovação* e de *empreendedorismo* – duas das palavras mais famosas do mundo do trabalho hoje. O empreendedor não é aquele que já possui um potencial ou um saber, mas aquele que sabe *colocar um problema* e criar o *campo de inovação* para sua resolução. Não à toa, nós os híbridos precisamos trabalhar mesclando o atual e o virtual, o sonho e a vigília, as dimensões conscientes e inconscientes de nossos fazeres –o mercado virtual necessita de palestras motivacionais de inovação e de empreendedorismo para produzir a competência de devir, de virtualizar.

Por fim, já não existe a diferenciação entre ser e estar na rede digital, vivendo *online*. Esta indistinção pode ser exemplificada a partir da dicotomia corpo/espírito. Como corpos analógicos, os sujeitos estabeleciam uma relação analógica entre corpo e espírito

– daí a possibilidade de um espírito permanecer para além de sua existência corpórea ou do pensamento ser concebido como realidade imaterial separada do corpo. O corpo digital já não aceita essas incompletudes, a dimensão espiritual e corporal de nossas existências está unida no conjunto de informações digitalizadas e organizada nos processamentos da normatividade algorítmica –nenhum dado é essencialmente incompatível com o digital. Assim, ser sujeito é estar totalmente representado no corpo digital, pois independentemente de estarmos ou não na Internet, somos um conjunto de informações codificáveis e programáveis. O espírito é apenas o software que organiza nossa programação a partir dos algoritmos disponíveis, e, nesse sentido, já não nos cabe escolher quais meios nos representarão –escreverei uma carta ou um email? falarei em qual língua? sou essencialmente superior a uma animal ou não?–, mas quais os dígitos nos quais me identifico, quais os algoritmos expressam minha existência. Na cibrexistência, todas as vidas e os modos de vidas podem ser resumidos a um conjunto de dados que a governamentalidade biopolítica controla estatisticamente. A dimensão espiritual da vida subjetiva não está mais em escolher os dados que a representarão, mas em se identificar nos dados que já a representam. Os problemas que perseguiram a humanidade ocidental já não dizem respeito aos cíbridos. O que não impede que outros problemas tenham surgido.

A concatenação dos corpos se remodela de acordo com um princípio conectivo porque os corpos devem obedecer a protocolos uniformizados caso desejem poder trocar dados. Em uma rede, os participantes devem ser compatíveis com o código compartilhado de interoperatividade. O que conduz a um tipo de efeito enxame: os indivíduos atuam de maneira livre, mas seguem pautas neuronais precombinadas. O efeito enxame comporta uma concatenação estandarizada dos ritmos do cérebro reticular. [...] Isto explica porque o capitalismo financeiro parece possuir um poder ilimitado e incontestável sobre a sociedade contemporânea: não é possível realizar nenhuma ação social sem adotar a linguagem, os canais de trocas e os protocolos previamente estabelecidos pela máquina digital-financeira (Berardi, 2014: 117-8).

Franco Berardi expõe primorosamente o paradoxo da resistência digital: os discursos e ações que queiram se opor à universalização do digital precisarão estar digitalizados para serem reconhecidos. Esses discursos e ações necessariamente, se quiserem ser comunicativos, se expressarão por meio da normatividade algorítmica. Os resistentes encontram-se nesse jardim acadêmico de veredas que se bifurcam; e como no conto borgeano, o que identifica as veredas, aponta os possíveis, não aparece: o virtual. O que isso significa? Que a encruzilhada, a bifurcação não está entre a destituição do digital ou sua aceitação, mas a modificação dos virtuais que o instituem, dos sentidos que são expressos nos processamentos algorítmicos. Dito de uma maneira mais aceitável: o dilema não é possuir ou não uma conta no Facebook –pois a lógica do “curtir” como aquilo que dá autenticidade à vida do sujeito é anterior ao Facebook e permanecerá após sua desapareção. Curtir é autenticar a realidade tal qual ela é, ou seja, virtual.

Por trás da promessa futurista de um mundo de homens e objetos conectados integralmente (quando carros, geladeiras, relógios, aspiradores e consolos estejam diretamente unidos entre si e à Internet), existe aquilo que já está aí: o fato de que o mais polivalente dos sensores já está em funcionamento: eu mesmo. “Eu” compartilho minha geolocalização, meu humor, minha opinião, meu relato do incrível ou do incrivelmente banal que vi hoje (Comité invisible, 2015: 79).

O “eu” –seja ele um avatar de Facebook ou uma pessoa– sustenta a *ficção* do digital. E, então, o paradoxo é outro: ao instituímos a possibilidade de digitalizar todo o universo, o universo passou a ser *realmente* digital. Não é que o mundo seja digitalizável ou não – e como nos mostram Nicolelis e Cicurel, em *O cérebro relativístico* (2015), provavelmente não o é– mas que o grande elo simbólico ficcional que nos une são os dígitos. Contamos estórias por meio de algoritmos, mas quê estórias estamos contando? O que sustenta a ficção do digital? Façamos um breve exercício ficcional.

A ficção do dinheiro está dando lugar à ficção do digital, o dígito é o novo dólar. Como afirma contundentemente Yuval Harari em sua palestra *Why humans run the world* (ver figura abaixo), o dinheiro é o elo simbólico, a ficção que sustenta relações humano-ocidentais. Como afirma Harari: “Dinheiro, na verdade, é a história mais bem-sucedida já inventada e contada aos humanos, pois é a única história em que todos acreditam”. A ficção-dinheiro está ligada intimamente ao mundo analógico-individual. “A moeda não existe enquanto tal e não tem função econômica positiva a não ser por sua circulação. Ela é o marcador, o vetor e o regulador das relações econômicas. O dinheiro não é a riqueza, mas sua virtualidade” (Lévy, 2005: 126). O dinheiro é o que permite as equivalências entre sistemas de representação e a circulação de indivíduos em outras individualidades. A ficção do dinheiro era a ideal para sustentar a ambigüidade único-intercambiável, dentro-fora, exterior-interior, real-virtual, social-individual.



Figura 3. QR Code que dá acesso ao vídeo da palestra “Why Humans run the World” de Yuval Harari no TEDtalks. Também disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=nzj7Wg4DAbs&t=48s>.

Com a morte do indivíduo, a ficção do dinheiro ficará cada vez mais insustentável, pois já não haverá termos para colocar em circulação, fluidizar, dissolver momentaneamente; haverá apenas informações que são conjuntos de relações de relações, controladas por algoritmos. O problema não é que a financeirização esteja desconectada da produção – como insiste Wolfgang Streeck em *How will capitalism end?* (2016)–, mas que em breve já não existirão duas mercadorias iguais –pois a cada mercadoria estarão somados nossos dígitos. E os dígitos estarão cheios de dígitos não binários.

Na codificação digital tradicional, os registros de memória têm dois estados possíveis, excludentes entre si, tal como ocorre com a corrente elétrica transformada em zeros e uns. Nestes estados o que é medido são as unidades de informação, os bits. Mas no mundo quântico, o dos átomos, existe vários estados possíveis ao mesmo tempo, que traduzidos à informática significa que a informação pode estar codificada em superposições quânticas, ou seja, zeros e uns simultaneamente. A computação quântica já não opera com bits, mas com os

chamados *qubits*, os bits quânticos. A hipótese que orienta a investigação nesse terreno afirma que a amplitude de estados fará com que a capacidade de processamento se multiplique exponencialmente, porque o computador poderá calcular em muitos registros e muitos estados ao mesmo tempo, ao invés de passar pelos algoritmos tradicionais ou pelas unidades de memória que precisam sempre apagar um bit de informação para dar lugar a outro (Rodríguez, 2012: 124).

Retornando de nosso exercício ficcional, para além da questão de se essa hipótese irá se concretizar ou não, o problema, então, não é ser digital ou um *indígito* –como quem quer recuperar no meio do dígito um indivíduo– mas ser pluridigital, construir a ficção do dígito pluripotente. O dilema entre *aderir* a cibereexistência ou tornar-se um indígito, é um falso dilema, ou, ao menos, um problema impotente, pois, para comunicar a bandeira dos indígitos significativamente, será necessário expressar-se dentro dos parâmetros da normatividade algorítmica. O virtual do dígito pluripotente exigirá de nós outras ficções. Ao ultracontrole algorítmico das cibereexistências pelo digital –vejam o ensaio que está em curso com o sistema de crédito social chinês – precisamos opor outras ficções contundentes de existência digital.

Bibliografia

- Bardin, A. (2015). *Epistemology and Political Philosophy in Gilbert Simondon – Individuation, Technics, Social Systems*. London: Springer.
- Berardi, F. (2014). *La sublevación*. Buenos Aires: Hekht Libros.
- Comité Invisible (2015). *A nuestros amigos*. Buenos Aires: Hekht Libros.
- Deleuze, G. (2009). *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal.
- Espinosa, B. (2011). *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Gabriel, M. (2018). *Você, eu e os robôs*. São Paulo: Atlas.
- Haraway, D. (2016). *Antropologia do ciborgue*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Kurzweil, R. (2014). *Como criar uma mente - os segredos do pensamento humano*. São Paulo: Aleph.
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34.
- _____(2005): *O que é o virtual?*. São Paulo: Ed. 34.
- Mukherjee, S. (2016). *O gene*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nicolelis, M. (2011). *Muito além do nosso eu*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nicolelis, M & Cicurel, R. (2015). *O cérebro relativístico*. São Paulo: Kios Press.
- Rodríguez, P. (2015). *Extrólogo*, en Tiqqun (2015), *La hipótesis cibernética*. Buenos Aires: Hekht libros.
- Rodríguez, P. (2012). *Historia de la información*. Buenos Aires: Capital Intelectual.
- Ruyer, R. (1972). *A cibernética e a origem da informação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Serres, M. (2017). *Tempo de crise*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Sibilia, P. (2015). *O homem pós-orgânico*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Simondon, G. (2015). *La individuación a la luz de las nociones de forma y de información*. Buenos Aires: Cactus.

Streeck, W. (2016). *How will capitalism end?* New York: Verso.

Vilalta, L. (2017). *A criação do devir - ética e ontogênese na filosofia de Gilbert Simondon*. Dissertação defendida pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-11042018-160953/pt-br.php>.

Wiener, N. (s.d.). *Cibernética e sociedade*. São Paulo: Editora Cultrix.